

**Parecer nº 156/98**

Data: 1998.11.25

Processo nº 480

**Reclamante:** ASMIR – Associação dos Militares na Reserva e Reforma

**Entidade reclamada:** General Quartel Mestre General (Gen. QMG)

**1 – O pedido**

A ASMIR, associação identificada no processo, veio reclamar, em 4 de Novembro corrente, para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) do indeferimento – comunicado por ofício de 26.10.1998 do Gen. Q.M.G. – de um pedido de certidão do despacho de 11 de Fevereiro de 1991, do General Director do Departamento de Finanças (Gen. D.D.F.).

O mesmo pedido havia sido feito anteriormente, em 30 de Março e 22 de Junho de 1998, sem atendimento, na totalidade, do acesso pretendido.

Embora fundamentando-se em regras estatutárias e procedimentais e não nas da Lei 65/93 de 26 de Agosto (LADA), importa agora, conforme foi pedido, analisar o assunto à luz do exercício do direito à informação não procedimental, isto é, face ao direito geral de acesso aos documentos administrativos, assente no princípio da administração aberta constitucionalmente consagrado.

**2 – Apreciação**

O despacho pretendido é um documento administrativo e corresponde, pelas suas características, ao tipo de documentos cujo acesso é regulado pela Lei 65/93: é um suporte de informação elaborado e detido pela Administração Pública nos termos específicos da alínea a) do nº 1 do artigo 4º.

Determina o nº 1 do artigo 7º que **todos** têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo.

Não há qualquer indício de que aquele despacho possa conter elementos de carácter nominativo, situação em que, de acordo com as determinações legais (cfr. o nº 5 do artigo 8º), poderia eventualmente ser expurgado de tais elementos e acessível no restante.

Não se tratando de um documento nominativo, nos termos em que é definido pelas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 4º, não pode ser levantado qualquer entrave à sua divulgação, nem sequer é necessário invocar o motivo ou interesse do seu conhecimento.

O direito de acesso aos documentos administrativos compreende também o direito de obter a sua reprodução, como prevê o nº 3 do artigo 7º citado e tal reprodução, de acordo com o nº 2 do artigo 12º, far-se-á num exemplar sujeito a pagamento, pela pessoa que o solicitar, do encargo financeiro estritamente correspondente ao seu custo.

Este será o preço normal praticado para as certidões ou, tratando-se de suporte informático ou de simples fotocópia, o custo previsto no Despacho Conjunto nº 280/97, de 7 de Agosto, publicado na II série do DR de 30 de Agosto de 1997, que será, neste último caso, de 7\$50 por cada folha A4.

### **3 – Conclusão**

Tendo em conta a apreciação precedente, o General Quartel Mestre General deverá, portanto, satisfazer o pedido da ASMIR ordenando a passagem da pedida certidão do despacho de 11 de Fevereiro de 1991 do General Director do Departamento de Finanças, desde que esse documento exista, em original ou em cópia, no âmbito do departamento sobre o qual superintende.

Para os efeitos legais, informe-se a associação reclamante e a entidade reclamada nos termos do nº 2 do artigo 16º da LADA.

Lisboa, 25 de Novembro de 1998.

*Branca do Amaral* (Relatora) - *José Magalhães* - *Silva Marques* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Gameiro dos Santos* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)